

ESTADO E MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: PARTICIPAÇÃO DE INTELLECTUAIS E ATIVISTAS NEGROS E NEGRAS EM ÓRGÃOS ESTATAIS

Carlos Benedito Rodrigues da Silva¹

Resumo: Pretendo apresentar, neste artigo, uma breve análise sobre as trajetórias do Movimento Negro no Brasil, tecendo considerações sobre os mecanismos acionados, individual ou coletivamente pelos negros brasileiros no enfrentamento das práticas discriminatórias. No primeiro momento, procuro analisar o processo organizativo desse movimento em suas especificidades no contexto dos movimentos sociais. Posteriormente, farei considerações sobre a atuação de ativistas oriundos das organizações nos órgãos estatais, visando debater as consequências dessas atuações. Se elas contribuem para o redimensionamento das políticas públicas afirmativas, ou para a fragmentação do movimento social. Devo ressaltar que minhas análises têm como foco o Conselho de Participação e Emancipação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo.

Palavras Chave: movimentos sociais, Movimento Negro, Estado, participação política, resistência negra.

Abstract: I shall present in this article, a brief analysis of the path of the Black Movement in Brazil, making assertions about the mechanisms triggered, individual and collectively by the black people in Brazil in the struggle against discriminatory practices. In the first moment, I intend to analyze the organization process of this movement in its specificities in the context of social movements. After, I will make considerations about the action of the activists who come from government organizations, in order to debate the consequences of these actions. Whether they contribute to the resizing of affirmative political policies or to the fragmentation of the social movement. I must highlight that my analysis focus on the Participation and Emancipation of The Black Community Council of São Paulo State.

Key Words: Social Movements, Black Movement, political participation, black resistance.

Introdução

A exemplo de outras nações, o Brasil passa, neste início de século XXI, por uma série de transformações nos mais diversos campos, especialmente, pela explicitação de

¹ Departamento de Sociologia e Antropologia - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais- UFMA.

contradições desencadeadas pelo processo de globalização. Para a consolidação dessa nova etapa da sociedade brasileira, é crucial que o tema igualdade racial esteja ocupando todas as pautas de debates, visando a melhorias das condições de vida da totalidade da nação, de outra maneira, os avanços estarão fadados ao fracasso, pois, sem que o país resolva a lacuna secular de desigualdades raciais, não haverá progresso possível.

Desde a abolição da escravatura em 1888 até o final de Século XX e início do XXI, pela primeira vez, o Governo Federal encampa o debate público em torno da elaboração de Políticas de Estado, voltadas para a erradicação das desigualdades raciais, reconhecendo que o racismo é um dos principais elementos de entrave às oportunidades de acesso ao trabalho e a condições dignas de moradia, saúde e educação para a maioria da população brasileira.

Entretanto, para as organizações do movimento social negro esse debate não é novo. No Brasil, as lutas pelo reconhecimento da importância histórica e por políticas públicas para a população negra é recorrente na trajetória das organizações negras. Há décadas, ativistas, homens e mulheres reivindicam ao Estado e às elites políticoadministrativas brasileiras, a definição de medidas, seja no setor educacional, seja no mercado de trabalho, de reparação dos prejuízos sofridos ao longo da história nacional pelos descendentes de africanos escravizados.

Resistência ao escravismo

Mesmo considerando-se, que as organizações políticas só emergem na cena nacional no início do Século XX com a Frente Negra Brasileira-FNB-, é preciso reconhecer que, desde o período escravista, essas mobilizações já estavam presentes, engendrando formas de resistência individual, fugas e suicídios (MATTOSO, p. 2001), bem como a resistência coletiva, materializada nas lutas abolicionistas, nos templos religiosos de matrizes africanas, nas irmandades religiosas cristãs, ou na formação dos quilombos.

A maior representação de resistência que se tem notícia, nesse período, é a formação do quilombo de Palmares no Século XVII, como resultado de fugas coletivas. Situada na Serra da Barriga, em Alagoas, a República de Palmares foi, por quase um século, a sede do mais duradouro e mais conhecido símbolo da resistência contra a

escravidão no Brasil. Uma organização social formada por negros fugidos da escravidão, além de índios, mestiços e brancos (ALVES FILHO, 1988) com um nível de produção diversificada em contraste com a rigidez da monocultura, constituindo-se uma alternativa de vida livre para todos os segmentos explorados pelo sistema colonial.

Para Moura (2004. p.347), *“Foi a maior manifestação de rebeldia e organização política, militar e econômica contra o escravismo na América Latina”*.

Sob a liderança de Zumbi, durante quase um século, Palmares resistiu a várias investidas das milícias do Governo Geral de Pernambuco, na tentativa de desestabilizar as estruturas quilombolas que ameaçavam o escravismo colonial.

A organização militar de Palmares, nos mostra Clóvis Moura (1983, p.116), estava estruturada para defender coletivamente a República, daí a insurgência de Zumbi e seus seguidores contra as tentativas de negociação de Ganga Zumba², que significaria um retorno ao *status* de escravizado. Por isso, diz ele (Op. Cit. p. 120):

Zumbi não apareceu por acaso. Foi a síntese da capacidade de organização de resistência da República, o seu herói símbolo porque sintetizou na sua biografia, a biografia do povo que ele representou e pelo qual deu a vida.

Cabe ressaltar que Zumbi só foi reconhecido como herói nacional em 20 de novembro de 2005, em uma solenidade pública no município de União dos Palmares, no estado do Alagoas.

Analisando as formas de resistência negra ao escravismo, Moura (1988, p. 111) enfatiza que o negro demonstrou um espírito associativo no Brasil, desde os primeiros tempos da escravidão, sem o qual não haveria possibilidade de resistência à violência da escravidão e ao racismo no pós-abolição.

² Ganga-Zumba foi o primeiro chefe conhecido do Quilombo de Palmares. Era tio de Zumbi e celebrizou-se por ter assinado um tratado de paz com o governo de Pernambuco. Em 1678, o governador Pedro de Almeida fez a primeira proposta de paz a Ganga-Zumba, oferecendo "união, bom tratamento e terras", além de prometer devolver "as mulheres e filhos" de negros que estivessem em seu poder. Em troca da paz, os palmarinos pediam liberdade para os nascidos em Palmares, permissão para estabelecer "comércio e trato" com os moradores da região e um lugar onde pudessem viver "sujeitos às disposições" da autoridade da capitania. Prometiam entregar os escravos que dali em diante fugissem e fossem para Palmares. Em novembro do mesmo ano, Ganga-Zumba foi a Recife assinar o acordo. É cedida a ele e seus partidários a região de Cucaú, distante 32 km de Serinhaém. Parte dos palmarinos, liderados por Zumbi, são contrários ao acordo de paz e se recusam a deixar Palmares. Em Cucaú, vivendo sob forte vigilância da autoridade portuguesa e hostilizado pelos moradores das vilas próximas, Ganga-Zumba vê frustrada sua iniciativa. Morreu envenenado por um partidário de Zumbi. Fonte: Ivan Alves Filho, "Memorial dos Palmares", editora Xenon, Rio de Janeiro, 1988

Sem dúvida, é possível identificar, nos estudos realizados por pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento, várias formas de organizações negras coletivas, religiosas (Irmandade do Rosário e de São Benedito e os terreiros de candomblé) recreativas e filantrópicas (clubes e associações) e políticas (imprensa negra, movimentos organizados, etc.), buscando alternativas para amenizar os impactos da degradação imposta pelo sistema escravista.

Dessa forma, tanto os terreiros de Candomblé, como as Irmandades Religiosas Cristãs, constituem espaços importantes, através dos quais se produziram alternativas de sociabilidade, acobertamento de escravos fugidos e até resignação espiritual e tolerância às angústias da escravidão (MOURA, 1983, p. 49)³.

Muitas dessas organizações ultrapassaram as fronteiras do período escravista, permanecendo ativas na atualidade, com estruturas familiares hierarquizadas, seja no plano biológico seja no espiritual, contribuindo para o fortalecimento da autoestima de grupos e com processos importantes de revitalização das heranças culturais africanas no Brasil.

Organizações negras pós- abolição

A Frente Negra Brasileira – FNB - é reconhecida como uma das primeiras organizações do movimento negro no país e mesmo considerando a interpretação de alguns autores e de militantes das esquerdas, de acordo com os quais essa organização estaria reproduzindo valores sociais e atitudes impostos pela ideologia do branqueamento, a FNB teve um papel importante, tanto na denúncia contra o racismo e no fortalecimento da consciência negra quanto no estímulo ao processo de ascensão social dos negros, conforme mostra (BARBOSA, 1998, p.12).

A Frente Negra Brasileira ofereceu à população negra marginalizada, possibilidades de organização, educação e ajuda no combate à discriminação racial... Foi, sem dúvidas, conservadora, expressava aspirações de negros de classe média e teve concepções políticas limitadas, mas tentou dar aos afro-brasileiros, condições de se integrarem à sociedade capitalista e conseguiu resposta popular, como prova o grande número de filiais que estabeleceu e de associados que conquistou.

³ Sobre as irmandades religiosas, podem ser encontradas referências em LUCAS, 2002; QUINTÃO, 2002; SOARES, 2000; MELLO E SOUZA, 2002.

Sua fundação se deu em 16 de setembro de 1931. O objetivo era unificar nacionalmente a luta das entidades negras que atuavam em várias regiões do país, com núcleos em São Paulo, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Segundo Clóvis Moura (1983, p. 57), a FNB chegou a ter setenta mil filiados; seus membros possuíam uma carteira de sócio que os identificava como “homens de bem” junto às autoridades.

Durante os seis anos de sua existência, a FNB promoveu atividades antirracistas, com desfiles e passeatas, cursos profissionalizantes e reivindicações junto aos órgãos públicos para admissão de negros e negras no mercado de trabalho, a exemplo do acesso que obtiveram na Guarda Municipal de São Paulo que, até então, não aceitava negros em seus quadros.

A divulgação e o chamamento para as ações ficavam por conta do jornal *A Voz da Raça*, criado em 1933. Em face do seu êxito organizativo, em 1936 a Frente registrou-se como partido político, topando de frente com o golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937 que a fechou juntamente com os demais partidos políticos da época.

Como diz Fernandes (1978, p. 53):

... a Frente Negra Brasileira foi a expressão de tendências profundas, que se agitavam no ‘meio negro’ e exigiam transformações substanciais, a longo termo, do comportamento, da personalidade e do estilo de vida da ‘gente negra’... serviu como ponto de referência das primeiras formas e objetivação social daquelas tendências... abrindo novas sendas à influência ideológica dos movimentos reivindicatórios e provocando avanços que não se fariam a não ser sob a pressão emocional ou moral da própria ação reivindicatória.

Por outro lado, embora reconheça sua importância, Abdias do Nascimento, não poupou críticas às posturas fretenegrinas, afirmando (NASCIMENTO e NASCIMENTO, 2000, p.206):

A Frente Negra Brasileira representava sem dúvidas a maior expressão da consciência política afro-brasileira da época, consciência essa formada ao reagir contra o mais evidente aspecto do racismo, a sistemática segregação e exclusão à base de critérios raciais. Travava-se de uma consciência e uma luta de caráter integracionista, à procura de um lugar na sociedade ‘brasileira’, sem questionar os parâmetros euro-ocidentais dessa sociedade nem reclamar uma identidade específica cultural, social ou étnica.

Remetendo-nos a Abdias do Nascimento, outra organização importante nas lutas do povo negro, para superar os mecanismos de exclusão étnico-racial, foi o Teatro

Experimental do Negro - TEN - encabeçado por ele em 1944, onde as estratégias de qualificação recaem sobre a arte e a educação.

O TEN constitui a primeira iniciativa para revolucionar a arte dramática brasileira, que até então só abria espaços para a atuação de artistas brancos. A estreia aconteceu em oito de maio de 1945, com a peça *O Imperador Jones*, do dramaturgo norte-americano Eugene O’Neil. Foi a primeira vez que atores e atrizes negros brasileiros atuaram no palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Foi, também, a primeira vez que este teatro recebeu negros em sua plateia.

Segundo seu criador (NASCIMENTO, 2000, p. 206/7), a discriminação racial impedia que o negro frequentasse espaços sociais como o Teatro Municipal, a não ser para fazer a limpeza depois dos espetáculos.

O TEN nasceu para contestar essa discriminação, formar atores e dramaturgos afro-brasileiros e resgatar uma tradição cultural cujo valor foi sempre negado ou relegado ao ridículo pelos nossos padrões culturais: a herança africana na sua expressão brasileira (...) continuava a tradição de protesto e organização político-social, mas integrava a essa dimensão a reivindicação da diferença: o negro não procurava apenas integrar-se à sociedade ‘branca’(...) Ao contrário, reivindicava o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana (...) exigindo que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade.

Nessa linha de atuação, o TEN contribuiu para a intensificação dos debates sobre as relações étnico-raciais no Brasil, apresentando propostas de combate ao racismo através de medidas culturais e educativas (HUNTLEY E GUIMARÃES, 2000; FERNANDES, 1978; MOURA, 1983, entre outros).

Sobre as mobilizações e o processo organizativo do movimento negro brasileiro no início do Século XX, podemos encontrar também em Bastide (1872); Fernandes (1978); Moura (1983); Munanga (1996); Huntley e Guimarães (2000); Pires (2006); Pereira, (2008), entre outros, importantes indicações sobre a imprensa negra, que, conforme Pereira (2008, p.32) tinha pequenas tiragens e enfrentava muitos problemas financeiros, mas tratava de temas do cotidiano da população negra, sempre se referindo à importância do fortalecimento da consciência contra o preconceito racial.

A partir dos anos setenta do século XX, o movimento social negro se apresenta com bases mais politizadas de reivindicações, revitalizando a discussão sobre negritude e identidade negra no Brasil. Esse “novo modelo” de organização já mereceria atenção dos estudos acadêmicos desenvolvidos desde os anos cinquenta do século XX com a

chamada “missão da UNESCO”, que veio ao Brasil para estudar as relações raciais, sob a coordenação de Roger Bastide e Florestan Fernandes

Suas pesquisas analisavam as mudanças sociais provocadas pela industrialização e seus efeitos sobre as possibilidades de ascensão social do negro no sudeste do Brasil, ao mesmo tempo que traziam o movimento social negro para o cenário dos estudos acadêmicos, conforme mostra Flávia Mateus Rios (2009, p.263), analisando, em recente artigo, as relações entre o movimento negro e a produção acadêmica das Ciências Sociais,

As primeiras investigações empíricas sobre o movimento negro brasileiro do século XX aparecem nos estudos de relações raciais, especialmente àqueles encomendados pela UNESCO na década de 1950. As formas diversas de interpretação desse movimento social estão diretamente ligadas à visão que os autores tinham das relações entre negros e brancos no Brasil.

Mas, é preciso constatar, ainda, que a redefinição das formas e atuação do movimento social negro dos anos setenta, resulta, tanto do enfrentamento com a discriminação sofrida internamente, quanto das influências externas (SILVA 2007, p.65/66).

Anos 70: negritude e identidade racial

Além da efervescência das questões políticas internas, desencadeadas pelo regime militar, as transformações sociais que compuseram o cenário mundial desde os anos 60, influenciaram, também, no processo de organização das entidades do movimento social negro brasileiro, especialmente a partir do movimento pelos direitos civis nos EUA e das lutas pela independência dos países africanos, sob o domínio português.

Do ponto de vista político cultural, emergem entre a juventude afro-brasileira, do Sudeste, em especial, mas não exclusivamente, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os bailes Black, inspirados na *soul music* norte-americana, como caminhos de afirmação da negritude e da beleza negra, resgatando a autoestima e fortalecendo identidades, através de uma estética, rítmica e visual, como expressão da consciência negra (SILVA 2007, p. 65/66).

Os negros brasileiros passaram a ver nos norte-americanos um exemplo de emancipação e os organizadores das atividades do movimento Black-soul veiculavam em suas festas vários panfletos com mensagens de valorização da negritude inspirados no discurso do Black Power e do “Black’s Beautiful. Ainda que seja exagerado caracterizá-lo como um movimento de protesto racial, considerando que essas mobilizações tinham como objetivo principal o lazer, não resta dúvida de que o Black soul constituiu-se uma instância importante, por meio da qual um segmento significativo da população negra adquiriu elementos para a criação de novos símbolos de etnicidade e fortalecimento da consciência, de acordo com suas experiências de estar junto e compartilhar situações comuns no cotidiano.

No início dos anos 70, por iniciativa do poeta gaúcho Oliveira Silveira, um dos líderes do Grupo Palmares, formado em Porto Alegre (RS) por universitários negros e negras, o dia 20 de novembro passou a ser considerado pelo movimento negro nacional, como o marco principal da resistência negra, pois representa o dia da morte de Zumbi, último líder dos quilombolas palmarinos em 1695, negando a importância do dia 13 de maio, de 1888, data oficial de assinatura da Lei Áurea que aboliu oficialmente a escravidão no país, sem prever um destino digno aos descendentes de africanos escravizados.

Conforme diz o poeta (SILVEIRA; 200, p.41)

Surgido numa época em que eram internacionais as influências da negritude antilhano-africana, das independências na África, do socialismo europeu e dos movimentos negros estadunidenses, o Vinte de Novembro, com todo o seu potencial aglutinador, era e continua sendo motivação bem nacional. Afro-brasileira. Negra.

Os blocos afros realçam a beleza negra

Cabe ressaltar também, nesse processo organizativo, o surgimento, a partir da década de 70 do século XX, dos blocos afros do carnaval da Bahia, grupos, que desenvolvem atividades políticas e culturais de valorização da negritude, através de uma linguagem rítmica e estética, baseada em valores africanos. Especialmente, a Sociedade Cultural Bloco Afro o ILÊ AIYÊ, criado em 1974 no Curuzú/Liberdade, bairro de maioria negra de Salvador, com propostas de valorização da autoestima da população negra através da explicitação de aspectos culturais e políticos das nações africanas em seus enredos carnavalescos.

Na trilha do Ilê Aiyê surgiram outros blocos afros, tanto na Bahia, quanto em outros estados, retratando a importância de heróis e heroínas negros do Brasil ou da

África, como forma de contribuir pedagogicamente para o fortalecimento da consciência negra e a inclusão dessas personagens no sistema educacional brasileiro.

Essa postura crítica, resultante, portanto, de um conjunto de fatores sociais e políticos, tanto internos quanto externos, repercutiu na mudança de atitude do movimento negro, que passou a dialogar qualitativamente com outras instâncias do movimento social e com setores diversos da sociedade brasileira, estimulando novas reflexões acadêmicas, sobre as questões de negritude e identidade étnica.

Desde esse período, ainda que se considere a sua ampla diversidade de organizações, o Movimento Negro no Brasil, assumiu uma postura explícita de denúncia contra o racismo, bem como de reivindicação dos direitos de cidadania, exigindo respeito e valorização da importância do povo negro no processo de construção do país em toda a dimensão da sua cultura.

Um marco fundamental foi a criação, em julho de 1978, em São Paulo, do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, o qual posteriormente foi registrado como Movimento Negro Unificado (M.N.U.), expandindo-se para vários estados do país. O MNU nasceu como consequência de uma série de debates desenvolvidos por entidades do movimento negro em algumas regiões do país, que defendiam a necessidade de uma única organização em nível nacional, com forças suficientes para canalizar as lutas contra o racismo.

Somadas a essas reflexões, duas situações de racismo ocorridas na capital paulista motivaram a sua criação. O assassinato de um trabalhador negro pela polícia e o impedimento de quatro jovens negros de frequentarem as dependências sociais do clube onde praticavam esportes. Cerca de duas mil pessoas reuniram-se nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo na noite de 07 de julho de 78, resultando daí a organização do M. N. U⁴.

Em 20 de novembro de 1979, o MNU promoveu pela primeira vez, o Dia Nacional de Consciência Negra, estimulando a inclusão do dia Vinte de Novembro na agenda de todas as organizações do Movimento Negro Nacional, o que atribuiu maior visibilidade, tanto ao movimento negro, quanto à importância histórica de Zumbi do quilombo de Palmares.

⁴ Ver: FERNANDES, 1978; MOURA, 1983; MUNANGA, 1996; HUNTLEY E GUIMARÃES, 2000; HANCHARD, 2001; CARDOSO 2002; PEREIRA, 2008.

Mesmo sem o reconhecimento oficial, a memória de Zumbi passou a ocupar espaços nas atividades culturais e pedagógicas programadas em várias escolas municipais e estaduais do país, com a participação de integrantes do Movimento Negro.

Também nos meios acadêmicos, as questões relacionadas à população negra ganharam maior visibilidade, passando a fazer parte constante dos debates através de estudos e pesquisas sobre religião, processos de exclusão e participação política, identidade étnica expressões culturais, etc., exigindo novas formulações, que dessem conta da sua especificidade.

Na dinâmica desse processo, desde meados dos anos oitenta surgiram novas formas organizativas, como o Movimento de Mulheres Negras (NASCIMENTO, 2003; ROLAND, 2000; SOARES, 2000, entre outras), as lutas quilombolas, com estratégias de resistência coletiva pela posse da terra entre os descendentes de africanos escravizados, o movimento Hip Hop, etc.

Merecem registros nessa trajetória, os Encontros de Negros do Norte e Nordeste⁵, articulações que ocorreram ao longo dos anos oitenta, quando a temática central das proposições era a educação como mecanismo de formação, qualificação e ascensão social do negro brasileiro. As proposições que estão registradas nos anais desses encontros e têm sido desenvolvidas por entidades diversas do Movimento Negro atualmente, tanto nas áreas rurais como nas periferias urbanas.

Novos diálogos: ativistas negros e a interlocução com o Estado

Essas articulações promoveram novas dinâmicas às organizações do Movimento Negro, redefinindo estratégias de ação na reivindicação da igualdade de oportunidades. Alguns ativistas, como Ivair Augusto dos Santos e Hélio Santos em São Paulo, Diva Moreira em Minas Gerais, entre outros e outras, ganharam projeção e visibilidade abrindo portas de diálogos do movimento negro com as instâncias do poder, através dos Conselhos e Coordenadorias Estaduais e Municipais da Comunidade Negra criados em alguns estados, a partir da década de 80 do século XX.

⁵ O Encontro de Negros do Norte e Nordeste foi uma atividade promovida pelas organizações do Movimento Negro, com o objetivo de trocar experiências sobre as questões comuns da população negra nos estados dessas regiões, bem como socializar as experiências específicas de cada organização. Durante dez anos, do início dos anos oitenta até a década de noventa do século XX, foram realizados encontros na Bahia, Paraíba, Pernambuco, São Luis, Alagoas, Sergipe, Pará e Manaus, onde a temática principal dos debates era a educação da população negra brasileira.

Em 1984 foi criado o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, com o objetivo de não só acompanhar a eficácia da legislação voltada para os interesses da população negra, mas também apresentar propostas aos setores legislativo e executivo e investigar denúncias de racismo e violência policial.

Os Conselhos foram criados no início da redemocratização do país, pós governo militar, e era, na concepção dos ativistas, conforme mostra Telles (2003), um momento propício para reunir grupos de líderes negros na construção de caminhos para emancipação da população negra.

Para Silva Jr. e Bento (2003, p. 14/15), a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo possibilitou a descentralização das ações, através da criação de Delegacias Regionais e núcleos, subordinados às prefeituras no interior do estado, além das comissões e grupos de trabalho abrangendo diversos setores sociais, como saúde, educação e justiça na capital do estado.

Influenciados pelo Conselho paulistano, foram criados outros órgãos dessa natureza em diversas regiões do país, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais entre outros. Todos enfrentaram uma série de empecilhos para sua instalação, tendo de se confrontar com as acusações de “separatismo” e “acirramento do racismo no Brasil”, pelos defensores da democracia racial⁶ que insistem em negar a existência de preconceito racial no Brasil.

Em suas análises sobre as relações raciais, Hasenbalg (1979) mostra que, desde o final do Segundo Império e início da República já se afirmava a inexistência de preconceito racial no Brasil. Essa concepção tem origem na comparação feita na época, entre a situação racial do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte. Tal comparação era feita também, pelas elites de outros países da América Latina, com a realidade estadunidense.

Entretanto, como explica Hasenbalg, a diferença é que, no Brasil, existe um projeto nacional de banqueamento da população, através da miscigenação promovida

⁶ A ideia da democracia racial brasileira foi desenvolvida a partir da obra Casa Grande e Senzala, do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, que afirmava a existência de relações harmoniosas entre senhores e escravizados no Brasil, defendendo ainda a miscigenação, como um símbolo importante da cultura brasileira. Ora, a ideia de povo miscigenado minimiza a importância das desigualdades e dos conflitos raciais (TELLES, 2003; ADESKY, 2006).

com o incentivo à imigração de europeus. Dessa forma, a miscigenação acaba servindo para reafirmar a ausência de preconceito e discriminação racial.

Trata-se, de fato, da permanência da suposição da superioridade branca, pois a miscigenação seria a saída, para o branqueamento, tanto do ponto de vista genético, quanto do ponto de vista cultural, visto que, como afirma Florestan Fernandes, esses mecanismos não promovem nem a ascensão social dos negros, nem a igualdade racial, mas, ao contrário, perpetuam a hegemonia da raça dominante.

Dialogar com o Estado: rendição ou reconhecimento?

Talvez, pelas características de uma sociedade forjada sob o mito da democracia racial, que invisibiliza as contradições vivenciadas pela população negra, o diálogo entre militantes e intelectuais negros e negras com o poder instituído é marcado por muitas controvérsias, no contexto da sociedade brasileira, mas principalmente no interior do Movimento Negro.

Porém, esse diálogo, seja no plano das reivindicações políticas ou das manifestações lúdicas, possibilitou a inclusão das questões raciais nas pautas dos governos, chamando a atenção para os processos de exclusão da população negra na vida sociopolítica do país, alicerçando as conquistas atuais.

Esse diálogo ocorre de forma mais efetiva nos anos 80, e pode ser atribuído, entre outros fatores, à qualificação de ativistas de várias organizações do movimento negro nos cursos acadêmicos, especialmente nas áreas das Ciências Humanas, cujas atuações possibilitaram não só a ampliação, não somente dos debates, em nível nacional, mas também o estabelecimento de conexões com organizações antirracistas internacionais.

Do ponto de vista do movimento negro, entretanto, havia muita desconfiança e até acusação de cooptação desses órgãos. Refere Ivair Alves dos Santos (ABERTI e PEREIRA (2007 p. 216/217)

As pessoas viam a criação de um órgão de governo do negro, como um órgão que ia contribuir com o racismo. Naquela época ainda era vigente a Lei Afonso Arinos. ⁷Então a tarefa toda era convencer os outros de que aquele órgão ia fazer política para combater o racismo” (...) Mas o conselho não

⁷ Lei nº 2390, de 03 de julho de 1951, criada pelo então deputado federal Afonso Arinos de Mello Franco, que incluía entre as contravenções penais as práticas de preconceito e discriminação racial. Sobre isso Ver “Legislação” em www.senado.gov.br

surgiu de uma demanda do movimento negro. Muitos negros tinham o entendimento de que aquilo poderia ser uma FUNAI, ou alguma coisa que fosse tutelar os negros. (...) havia uma tensão muito grande, pelo seguinte: qualquer participação no Estado era uma cooptação, (...) isso nos impediu, por exemplo, de ter uma aproximação maior com o movimento, que ficou muito desconfiado com o que ia ser aquilo ali.

Ora, grande parte dos militantes do Movimento Negro Nacional, que se reorganizava a partir dos anos 70, tinha suas origens nos movimentos sociais, movimentos estudantis e partidos políticos de esquerda, com orientações marxistas. Além disso, pesam ainda na memória histórica das organizações negras brasileiras, dois fatos importantes, o golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, de 1937, que extinguiu a Frente Negra Brasileira, e a ditadura militar, de 1964, que desarticulou as forças dos movimentos sociais, portanto, as relações dos movimentos sociais e, no caso brasileiro, especialmente as relações do movimento negro com o Estado, tem sido caracterizadas por situações de confronto e oposição.

Além do que, levando-se em conta que o Estado brasileiro sempre se articulou com muita eficácia para desmobilizar as lutas da população negra contra o racismo e a discriminação racial através do discurso da mestiçagem, é de se esperar que a criação de Conselhos, Coordenadorias ou Secretarias na própria estrutura do Estado, ainda que ocupados por ativistas negros e negras, provoquem reações de desconfiança entre os integrantes do Movimento Negro

Mas, se ficarmos presos à ideia de cooptação estaremos perdendo a oportunidade de intensificação do diálogo, correndo o risco de nos aprisionarmos em uma camisa de força, reeditando as dificuldades enfrentadas pelas organizações que nos antecederam.

Não se pode perder de vista, entretanto, que, se ao final da década de oitenta, algumas organizações passaram a elaborar projetos para suas atividades, caracterizando-se como ONGs - Organizações Não Governamentais, e atuam inclusive com recursos de instituições internacionais, as organizações que compõem o Movimento Negro Nacional são caracterizadas, historicamente, pela militância voluntária de seus membros, demarcando sua autonomia e independência em relação ao Estado

Talvez, por se haverem estruturado dessa forma, ativistas oriundos das organizações negras presentes em órgãos estatais levaram militantes mais radicais a manifestarem reações de descontentamento, desconfiança e até acusação, como se esses

ativistas estivessem se “branqueando”, pois, o Estado é a representação de um discurso oficial de invisibilização do negro na constituição da sociedade brasileira.

Paradoxalmente, até meados dos anos oitenta, essa suspeita recaía também sobre os intelectuais negros e negras que estivessem na qualidade de estudantes ou docentes nas universidades, como se eles fossem portadores e portadoras de um discurso destituído da prática nas lutas contra o racismo.

A meu ver, essas atitudes são contraditórias e podem até limitar as ações do Movimento Negro, já que, se por um lado é importante manter a autonomia, por outro não se pode perder de vista a necessidade de dialogar de forma qualificada com o Estado, caso contrário, as reivindicações se perdem no vazio, sem resultarem na implantação de políticas públicas de emancipação da população negra.

Apesar de todos os entraves identificáveis, foi, sem dúvida, pela participação dos negros e negras nos Conselhos em outros órgãos criados nos estados e municípios e até no governo federal, que projetos de valorização e reconhecimento da importância da população negra na sociedade brasileira como também muitas ações foram implementadas pelas instituições públicas.

Esse processo de reivindicações mais qualificadas se deu especialmente pelas possibilidades de acesso crescente, de homens e mulheres militantes das organizações negras, aos cursos de pós-graduação das universidades brasileiras.

Ainda que não se tenha a visibilidade desejada e se esteja longe de atingir percentuais condizentes com o universo populacional negro, é crescente o número de intelectuais negros e negras que pesquisam e produzem conhecimento em várias universidades brasileiras, o que tem possibilitado importantes articulações, graças à participação, de muitos deles, em congressos, seminários, ou mesmo em órgãos governamentais, contribuindo para fortalecer as propostas de implantação de políticas inclusivas para a população negra.

Como resultado dessas atuações, podemos listar: a inclusão de leis antirracistas na Constituição de 1988; a criação da Fundação Cultural Palmares, no governo de José Sarney, em 1988; o Programa Nacional de Direitos Humanos no governo Fernando Henrique Cardoso em 1996; o Grupo de trabalho Interministerial- GTI - para o desenvolvimento de Políticas Públicas de Valorização da População Negra (Telles 2007), resultante do Seminário Internacional sobre Multiculturalismo e Racismo, financiado pelo Ministério da Justiça; o programa Diversidade na Universidade ainda no

Governo Fernando Henrique Cardoso em 2001; a participação de uma delegação representativa da comunidade negra brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban na África do Sul, em 2001.

É importante ressaltar, que a Conferência de Durban, foi um marco decisivo para, entre outras coisas, a instauração do debate sobre as cotas raciais na mídia e nas universidades públicas brasileiras, tema explicitado com base em um conjunto de propostas construídas nas reuniões preparatórias à Conferência, desde 2000 em várias regiões do país.

Reafirmando a importância da criação de fóruns específicos da intelectualidade negra, comprometida com a produção de conhecimento sobre a realidade étnico-racial no país, tivemos, a partir do ano 2000, a organização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros e Negras – COPENE - evento bianual que tem, entre seus objetivos, o de trocar experiências, consolidar e legitimar o conhecimento produzido por intelectuais negros e negras, dando visibilidade às produções acadêmicas com o recorte étnico-racial. Desde a realização do primeiro COPENE⁸, foi criada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN, visando dar sustentação à realização dos Encontros, e assegurar melhores condições de produção científica aos pesquisadores e pesquisadoras.

Especialmente a partir do III Congresso realizado em São Luis do Maranhão em setembro de 2004, intensificaram-se as articulações entre os Núcleos de Estudos Afro brasileiros – Neabs- com a Secretaria de Educação Superior – SESU - do Ministério da Educação, com o objetivo de criar o Programa Uniafro⁹, voltado para a implementação de políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras, sob a coordenação dos diversos núcleos, centros e programas dessa natureza.

Cabem, ainda, algumas considerações sobre as mobilizações políticas do Movimento Negro que reafirmaram as reivindicações junto ao Estado brasileiro, pela implantação de políticas emergenciais de combate às desigualdades étnico-raciais e ao racismo.

⁸ Congresso Brasileiro de Pesquisadores e Pesquisadoras Negros e Negras

⁹ Programa criado no Ministério da Educação sob Orientação da Secretaria de Educação Superior _SESU, para dar sustentação aos Núcleos de Estudos Afro Brasileiros.

Em 20 de novembro de 1995, marcando os 300 anos da morte do herói palmarino, foi realizada a Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo pela cidadania e pela vida, com representação de movimentos sociais do país, para denunciar o racismo como uma das principais causas de exclusão dos negros na sociedade brasileira e exigir, através de documentos, entregues ao então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, ações do governo no combate ao racismo.

A partir de então, seguindo pistas já lançadas pelo Núcleo de Consciência Negra da Universidade de São Paulo em 1992 que propunham reparações, inclusive através de ações jurídicas, as organizações do movimento social negro passaram a reivindicar, explicitamente, a implantação de políticas de promoção da igualdade racial. Em que pese algumas reações mais radicais de algumas lideranças de esquerda, que interpretavam as reivindicações por inclusão como “integracionistas”, essas ações contribuíram para que os debates sobre políticas de promoção da igualdade racial na educação e no mercado de trabalho adquirissem mais visibilidade na sociedade brasileira, além da militância negra, ocupando espaços na academia e na sociedade civil.

Ainda na esteira das políticas públicas de inclusão étnico-racial, o governo federal implementou, em agosto de 2002, o Programa Diversidade na Universidade, com o objetivo de criar estratégias que facultassem o ingresso e a permanência de negros e indígenas na universidade. O que significa, na prática, incentivar cursos pré-vestibulares e a premiação de estudantes que tenham ingressado na universidade

Como consequência das reivindicações históricas desencadeadas pelo Movimento Social Negro, o Presidente Lula criou a Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial, -SEPPIR- com *status* de Ministério na Presidência da República do Brasil, e em janeiro de 2003 sancionou a Lei 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) n.º 9.394/96 e tornando obrigatório o ensino do conteúdo História da África e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino.

Considerações finais

Podemos considerar que a dinâmica das transformações sociais das últimas décadas apresentou novas questões merecedoras de intervenções mais efetivas do Estado brasileiro, no que diz respeito à superação das desigualdades raciais: o processo

educacional, altamente excludente; as questões de gênero, com reivindicações específicas para as mulheres negras dentro e fora das organizações, tanto do movimento negro como do movimento feminista nacional; as questões de terra, relacionadas às comunidades negras rurais, e que refletem o acirramento das contradições experimentadas pelo país, a partir do processo de globalização, incidindo, mais duramente, sobre os segmentos negros.

Por outro lado, essas mudanças exigem também, habilidade política das organizações do movimento negro para instauração de um diálogo cada vez mais eficaz e qualificado com o Estado, para que as reivindicações sejam traduzidas em políticas públicas inclusivas.

Portanto, no momento em que as sociedades humanas enfrentam uma série de mudanças determinadas pelo processo de globalização, com repercussões em novas formas de organização social, o reconhecimento das injustiças cometidas historicamente contra os descendentes de africanos escravizados e a implantação de ações afirmativas de reparação dessas injustiças constituem-se um caminho eficaz para que o Estado brasileiro se inclua nesse processo de democratização superando o racismo e as desigualdades etnicorraciais.

Sem dúvida, essas novas exigências provocam mudanças no interior do Movimento Negro, ao mesmo tempo que convocam aqueles que ocupam cargos nos órgãos públicos a reafirmarem seu compromisso com a comunidade negra.

Neste cenário, o desafio que se coloca para o Movimento Negro Nacional, seja no interior das organizações, seja no plano acadêmico ou de gestão e assessoria pública, é a auto-avaliação de suas práticas, para elaborar novas proposições ao Estado brasileiro, ampliando as possibilidades de ações de emancipação social, política e cultural dos segmentos sociais historicamente excluídos do processo participativo, em que os negros preenchem todas as estatísticas.

Por sua vez, cabe ao Estado uma melhor explicitação dessas ações, em suas agendas políticas e orçamentárias, pois, não obstante a existência desses órgãos na estrutura governamental, as políticas públicas de inclusão da população negra, seja na saúde, seja nas instituições de ensino superior, seja nas comunidades quilombolas, têm sido relegadas aos órgãos que não gozam de prestígio nem político, nem financeiro, na

estrutura governamental, coincidente ou paradoxalmente, a órgãos cujos gestores principais são homens e mulheres negros.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena; PEREIRA, A. Araújo (Org.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.

ALVES FILHO, Ivan. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon Editora e Produtora cultural, 1998.

BARBOSA, Márcio e QUILOMBOHOJE. (Org.). *Frente Negra Brasileira: depoimentos/entrevistas e textos*. São Paulo: Quilombo hoje, 1998.

BARBOSA, Maria Lúcia de A... et al. (Orgs.) *De Preto a Afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos-SP: EDUFSCar, 2003.

CARDOSO, Marcos Antonio. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Volume 2 – 3ª Edição. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933.

FREITAS, Décio. *Palmares - A Guerra dos Escravos*, Edições Graal, 1982.

GONÇALVES e SILVA, P. B. e SILVÉRIO, Valter R.. (Orgs.) *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP. 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. LYNN Huntley. (Org.) *Tirando a Máscara. Ensaio sobre o Racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, C & SILVA, N. V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HANCHARD. Michael George. *Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio e em São Paulo*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

MELLO E SOUZA, Marina. *Reis Negros no Brasil escravista: História de Festa e Coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MOURA, Clóvis. *Brasil: as Raízes do Protesto Negro*. São Paulo: Global Editora, 1983.

_____, *Dicionário da Escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____, *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Estratégias de combate à discriminação racial*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Sortilégio da Cor: Identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

NASCIMENTO e LARKIN NASCIMENTO. *Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil*. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. LYNN Huntley. (Org.) *Tirando a Máscara*. Ensaios sobre o Racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras: Outro Espaço de Luta e Resistência*. (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

RIOS, Flávia Mateus. Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1500-2000). In: *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 2, p.263/274. JUL./DEZ. 2009.

RISÉRIO, Antonio. *Carnaval Ijexá: notas sobre afoxés e blocos afro do novo carnaval afrobaiano*. Salvador: Corrupio, 1981.

ROLAND, Edna. *O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas*. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. LYNN Huntley. (Org.) *Tirando a Máscara*. Ensaios sobre o Racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Carlos Benedito R da. *Ritmos da Identidade: mestiçagens e sincretismos na cultura do Maranhão*. São Luis-MA: SEIR/FGAPEMA/EDUFMA, 2007.

SILVA JR, Hédio e BENTO, Maria Aparecida Silva. *O Papel da Cor: Raça/Etnia nas Políticas de Promoção da Igualdade*. São Paulo: CEERT, 2003.

SOARES, Marisa de Carvalho. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

Recebido em Maio de 2014/ Aprovado em Junho de 2014